

AGRICULTURA FAMILIAR, CULTURA E ECONOMIA EM MOÇAMBIQUE

Patrícia Neves de Oliveira¹

Resumo: Este artigo apresenta as diferentes transformações do campo ao longo das duas últimas décadas em Moçambique, e caracteriza suas singularidades com respeito à cultura da agricultura familiar, bem como sua importância no desenvolvimento social. Também apresenta os antagonismos e as lutas quanto ao direito à terra, e o surgimento de novas divergências entre os grupos envolvidos, após a introdução das políticas capitalistas advindas com o Acordo Geral da Paz em 1992.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Cultura rural. Economia de subsistência. Conflitos no campo. Moçambique.

Abstract: This article presents the different transformations of the countryside over the last two decades in Mozambique, and characterizes its singularities with respect to the culture of family agriculture, as well as its importance in social development. It also presents the antagonisms and struggles about the right to land, and the emergence of new divergences between the groups involved, after the introduction of the capitalist policies that came with the General Peace Agreement in 1992.

Keywords: Family agriculture. Rural culture. Subsistence economy. Rural conflicts. Mozambique.

¹ Bióloga, com formação em Ecologia e Biodiversidade Terrestre em Moçambique, onde estabeleceu redes colaborativas com movimentos socioambientais, como a Plataforma Nacional para as Mudanças Climáticas de Moçambique e o Clube de Educação Ambiental da Universidade Eduardo Mondlane, em que atua como Conselheira. Desenvolveu projetos de ecologia humana no Museu de História Natural de Maputo e na Associação Moçambicana de Reciclagem, como coordenadora de projetos. E-mail: patricia.educambiental@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Não se pretende, aqui, cobrir debates sobre o conceito de agricultura ou, mais especificamente, sobre o universo complexo da agricultura moçambicana e de suas peculiaridades e contradições. Procura-se apenas apresentar aspectos e acontecimentos da história recente de Moçambique, que sirvam de subsídio para um entendimento de alguns fatores adversos e dos processos dialéticos gerados pelo fenômeno contemporâneo êxodo rural. É oferecida, assim, uma leitura sobre os complexos fatores inerentes às interações entre o campo e as cidades moçambicanas.

O objetivo geral é apresentar aspectos das transformações do campo ao longo das últimas duas décadas, as suas reverberações nas cidades, que se colocam como centros de desenvolvimento econômico. São, ainda, apresentadas e caracterizadas algumas singularidades culturais da agricultura familiar. Esta, além de sua importância no desenvolvimento da sociedade em sua totalidade, também passa por grandes dificuldades, constrangimentos, antagonismos e lutas, no que se refere ao direito a terra e a divergências reiteradas contra as políticas impostas pelo capital, que foram introduzidas após o Acordo Geral da Paz, em 1992.

A agricultura familiar, ou “tradicional”¹,

¹ Segundo Mosca (2010, p. 3), os conceitos de agricultura familiar, produtores de pequena escala, pequenos produtores, produtores de mercadorias e camponeses, embora com matices conceituais, são neste texto, são considerados como sinônimos. Neste texto não se definem estes conceitos, nem se abordam as suas lógicas produtivas e reprodutivas. Serão considerados, como tal, os produtores agrários de pequena escala, cuja produção é intensiva em mão de obra, sobretudo a familiar, pouco integrados no mercado de fatores (insumos, máquinas e dinheiro – terra, trabalho assalariado e outras fontes de rendimento não agrícola), os que produzem, essencialmente, para a reprodução da família, enquanto unidade econômica e social, que nem sempre possuem o mercado como a única e mais importante referência nas suas opções produtivas, que não têm, necessariamente, o lucro como o principal objetivo e, sempre que podem, complementam os rendimentos agrários com outros, dentro ou fora do setor. Para um estudo teórico sobre esta temática, veja, por exemplo, Shanin (1971), Harriet Friedman (1980), Servolin (1989 e 1989a), Normam Long (1989). Este debate remonta aos teóricos russos de fins de século XIX, onde Chayanov e, numa outra perspectiva, Kautsky, entre outros, são considerados clássicos. Em Moçambique, segundo a Missão

constitui a maior setor econômico de Moçambique, e, na virada do milênio, empregava ainda mais de 80% da população (INE, 2006). O aumento da produção agrícola, iniciado após o Acordo Geral da Paz, assinado em 1992, é apontado como sendo um dos principais fatores de redução da incidência da pobreza, de 69% em 1996-7 para em torno de 54% em 2002-3 (ARNDT, JAMES & SIMLER, 2006). Da mesma maneira, na última década (de meados da década de 2000 a meados da de 2010), o fraco desempenho da agricultura foi considerado um dos principais entraves para a continuidade da redução da incidência da pobreza (ARNDT et alii, 2010; MPD/DNEAP, 2010). Assim, em 2008-9, 55% da população vivia abaixo da linha *nacional* de pobreza. As mudanças, portanto, foram mínimas.

Os sistemas “tradicional” de produção agrícola sofreram diferentes transformações ao longo da última década (desde meados dos anos 2000) em Moçambique, como consequência das políticas voltadas à introdução do capital privado no meio rural, sobretudo o agrário comercial. Estas mudanças impulsionaram o aumento do plantio de cana de açúcar, castanha de caju, algodão, mandioca e copra (polpa de coco) para as grandes empresas, bem como a extração de recursos naturais como o carvão vegetal, o carvão mineral e o gás natural. Estas últimas atividades econômicas são privilegiadas pelas relações desiguais Norte-Sul, mas também pelas relações igualmente desiguais da chamada Cooperação Sul-Sul, que pregam um “desenvolvimento” voltado à internacionalização do mercado interno.

A atual urbanização em Moçambique é motivada por diferentes razões. A instabilidade econômica estrutural está ligada a outra adversidade, qual seja, a realidade das mudanças climáticas. A

de Inquérito Agrícola (1973), 99,3% das explorações em 1970 possuía menos de dez hectares; em 2009, perto de 99,6% das explorações encontravam-se no mesmo escalão de tamanho de área. Um estudo do Ministério da Agricultura (2008) revela que a área média cultivada pelas famílias camponesas variou, entre 1996 e 2002, de 0,35 para 0,40 hectares por AE (Adulto Equivalente). Para uma breve caracterização dos pequenos produtores agrícolas em Moçambique, ver UAIENE, 2012.

“não resiliência” (termo muito comum em Ecologia Humana) a essas alterações do clima implica em que os camponeses não estão preparados para eventuais adaptações. Combinadas, essas adversidades formam os principais motivos de deslocamento da população do campo para as cidades ou para regiões a elas circundantes. O êxodo rural, não acompanhado de reestruturações sociais que possam permitir o ajuste das populações no meio urbano, é ainda agravado por taxas de crescimento populacionais elevadas. Em consequência, desenvolve-se rapidamente uma economia informal como forma de subsistência das famílias, primeiro nas cidades, mas também no campo, isto é, uma “economia de subsistência”, sobre a qual tem escrito, entre outros, João Mosca.

A economia informal não deixa de ter fortes conexões com a agricultura familiar: particularmente em Moçambique, as famílias urbanas, em sua maioria, mantêm o cultivo variado de alimentos e a criação de animais em pequenos pedaços de terra circundantes às cidades, denominados *machambas*. Com uma extensão que varia de meio a um hectare, essas pequenas unidades de produção camponesa familiar ou individual servem tanto para a produção de subsistência como para a comercialização local. Além disso, elas estruturam e definem a identidade cultural, dada a forma de cultivo e as práticas de venda de alimentos, que são comercializados informalmente no perímetro urbano por mulheres, as chamadas *mamanas*. Estas mulheres se destacam na paisagem cultural moçambicana, e são elas as responsáveis por toda a cadeia de produção, desde o plantio e a colheita dos alimentos, até à comercialização, realizada quase exclusivamente por elas.

Grande parte dos governos africanos hoje não tem optado por políticas que favoreçam os sistemas agrícolas já existentes. Com efeito, os níveis de pobreza permanecem elevados. Ademais, a insegurança alimentar e a necessidade de ajuda alimentar internacional são fenômenos cíclicos agravados por fatores adversos, tais como conflitos armados e consequentes deslocamentos de guerra,

assim como os recentes êxodos do centro do continente para a região austral, devidos às mudanças climáticas.

Os mecanismos de dependência econômica de longa duração foram consolidados após as independências, com alianças internacionais de interesses apenas econômicos. Como apontou o economista moçambicano Nuno Castel-Branco (2008), as estatísticas sobre os padrões de investimento, de acumulação e de reprodução econômica no país mostram que, ao longo de vinte anos, a dependência em relação aos fluxos externos de capital engendraram elevados níveis de concentração e de centralização da estrutura produtiva, comercial e tecnológica, e também da base social e regional de acumulação.

A terra em Moçambique é o grande atrativo para os investimentos privados, não somente por sua disponibilidade e pelas potencialidades edafoclimáticas que o país apresenta, mas também pelo fato de as empresas pagarem uma pequena taxa ao Estado para seu uso e aproveitamento, visto que, na legislação moçambicana, a terra pertence ao Estado, apesar de os indivíduos e as comunidades camponesas terem direitos de ocupação e uso permanentes.

1. A questão da terra

A terra foi nacionalizada imediatamente após a independência (a 25 de junho de 1975), e os slogans “a libertação dos homens e da terra” e o fim da “exploração do homem pelo homem” foram utilizados durante as políticas de nacionalização. Porém, os camponeses não viram concretizadas suas expectativas de recuperação das terras². As empresas estatais e as cooperativas, no quadro da socialização do meio rural e da colectivização agrária, ocuparam as terras deixadas pelas empresas dos agricultores coloniais que abandonaram o país (MOSCA, 2014, p. 8).

Segundo o item primeiro do Artigo 98 da Constituição, “os recursos naturais situados no solo

² Vários estudos referem-se a este tema. Para o caso de regadio (campo ou solo que possui água de rega ou se localiza na orla de um fluxo de água) do Chókwè, ver HERMELE, 1986.

e no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva são propriedade do Estado”. A Lei de Terras 19/97 estabelece no Artigo 3º o seguinte: “A terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada”. Este princípio geral da Constituição não foi literalmente cumprido, principalmente nas zonas rurais onde existe a forte introdução de investimentos privados internacionais nos setores mineiro, agrário e de exploração de recursos florestais, e em menor escala nas zonas urbanas e nas zonas costeiras, devido ao investimento turístico e de habitação³.

Segundo Mosca (2014, p. 13), em relação às dificuldades de aplicação da Lei, há incumprimentos por várias razões: (1) envolvimento das elites políticas e econômicas no negócio fundiário e na obtenção de DUATs⁴ para eventual especulação imobiliária; (2) alianças entre o governo e o capital em desfavor dos direitos das comunidades, sobretudo nas zonas concessionadas para a exploração mineira, turística e de exploração de recursos energéticos (gás e petróleo), onde existe construção de infraestruturas e de imóveis; (3) as consultas junto às comunidades são, em muitos casos, pouco efectivas, e desenvolvem-se com grandes desequilíbrios, com desvantagem para as comunidades, por assimetria de conhecimento, informação e capacidade negocial; e (4) desconhecimento, por deficits de transparência, em diferentes níveis, nos contratos estabelecidos entre os governos e as empresas.

Existe a percepção geral de que Moçambique possui muita terra disponível, com baixa utilização ou subaproveitada. Embora o Estado seja o proprietário legal do solo, existem os donos consuetudinários da terra, que são os camponeses. Nenhuma ocupação do solo deve ser realizada sem a devida indenização dos

³ Carlos Serra (2013) refere-se a um grande conjunto de situações de irregularidade na aplicação da Lei, sobretudo no que se refere à transmissibilidade.

⁴ Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), um documento que licencia uma entidade pública ou privada a usar a terra por tempo determinado, podendo ser de até cinquenta anos renováveis por igual período.

seus donos. Porém, os reassentamentos e a ocupação de terras por grandes explorações florestais e de empresas agrícolas são, muitas vezes, implantados sem consideração pelos aspectos históricos e sociológicos envolvidos, com a mudança de residência e local de trabalho, geralmente para zonas mais distantes dos mercados, dos serviços básicos, com maiores dificuldade de transporte e comunicações, para habitats que nem sempre se coadunam com os hábitos e as formas de vida da população envolvida. Existem compromissos verbais, ou excessivamente informais (por exemplo, com papéis não assinados), muitas vezes não cumpridos, Mosca e Selemane (2011). Como aponta o Observatório do Meio Rural: “No quadro legal atual, não se atribui à terra algum valor econômico e, por isso, tem um significado quase nulo nos custos dos investimentos e pouco ou nada contribui para as receitas públicas” (OMR, 2014, p. 3).

Em vários pontos do território nacional, já há conflitos pela utilização da terra entre agricultores de dimensões diferentes, ou seja, entre minifundiários e latifundiários. Smart e Hanlon (2014), embora referindo-se aos “agricultores emergentes” comerciais, que são pequenas e médias empresas, afirmam que já existe conflito de terras:

Se um número significativo de agricultores moçambicanos expandisse para 10 hectares ou 20 hectares, ficariam com toda a terra hoje subutilizada e não ficaria nenhuma para os investidores estrangeiros. Isto significa que cada nova plantação pertencente a estrangeiros já está a ser tirada a agricultores moçambicanos emergentes (p. 203-204).

Ainda conforme Mosca (2014, p. 15), pode-se afirmar que a gestão pública relativa às questões da terra e dos conflitos de interesse associados não tem protegido, em muitos casos, os direitos dos produtores e das famílias, tanto no meio rural como nos centros urbanos.

2. A agricultura familiar em Moçambique

A agricultura é uma atividade de produção que não pode ser confundida com a *recolha*, pois implica que o ser humano é responsável pela colocação da semente, pelo nascimento da plântula e por sua proteção até à fase em que os frutos sejam recolhidos, tratados e armazenados.

As culturas familiares produzidas em Moçambique dependem de fatores climáticos, sobretudo da chuva. Sua regularidade e quantidade de precipitação definem o que se colhe e quando se colhe. Como já foi dito acima, a mão de obra e a comercialização de produtos são realizadas em sua maioria por mulheres, mas os homens participam quer no consumo, quer na desmatação, e acabam por decidir e controlar a parte financeira do ciclo. Em 2010, existiam mais explorações chefiadas por mulheres. Como assinalam Mosca, Matavel e Dadá (2013), ainda que a percentagem de explorações chefiadas por homens tenha baixado na última década, estes continuam a chefiar a maior parte das explorações. Este resultado parece ser coerente com a verificação de que, com uma maior ocupação dos homens em outras actividades, as mulheres responsabilizam-se pela exploração agrícola.

Esse sistema pode ser considerado como uma herança cultural machista que ainda influi em vários setores sociais e comerciais, impregnado no campo ou na cidade, mas o fato de as mulheres assumirem a maior parte da agricultura familiar em Moçambique deve-se também à migração dos homens para o trabalho nas minas e para a vida nas cidades da vizinha África do Sul. Segundo Adelino Espanha Muchenga, delegado do Ministério do Trabalho moçambicano em Johannesburgo, a migração de homens moçambicanos remonta ao século XIX, e atingiu seu pico na década de 1970, quando a República da África do Sul chegou a receber cento e vinte mil moçambicanos em um universo de um milhão de trabalhadores, que partiam principalmente das zonas rurais das províncias do sul de Moçambique (Maputo, Gaza e Inhambane). Hoje,

são cerca de quarenta e três mil moçambicanos em um cenário de quinhentos mil mineiros, e a maior parte desses homens conta com as mulheres de suas famílias para o plantio, a colheita e a venda das atividades agrícolas, e também com os homens mais velhos, na administração financeira. Portanto, a migração tem forte influência na economia e na cultura do campo e das cidades.

Vários aspectos da agricultura tradicional sobreviveram à mudança de regimes políticos e se mantêm. Uma série de críticas contra essas concepções monolíticas foi feita por estudos sobre a migração para a África do Sul e para outros territórios vizinhos. Os baixos salários e os preços reduzidos dos produtos agrícolas não permitem acumulação. Os serviços agrícolas não consideram válidas as práticas e os saberes dos agricultores tradicionais. Nos projetos de transformação da agricultura industrializada, são massa a serem transformadas em mão de obra.

Segundo Mosca (2010), a marginalização do campesinato se fortaleceu após as reformas econômicas e posteriormente ao Acordo Geral de Paz, em uma tentativa de integrar os pequenos produtores na economia, sobretudo por meio da extração de excedentes exportáveis e para abastecimento das cidades. E isso ainda na concepção de desenvolvimento com base em cadeias produtivas, na transferência de recursos do campo para a cidade e para o exterior.

Nesse contexto, os camponeses formam grupos de produtores articulados. Trabalham com um modelo acertado de acumulação para o capital comercial (mercados interno e externo), mas convivem com excedentes a preços muito baixos e claramente desfavoráveis para os pequenos produtores, afetando negativamente os níveis de rendimento financeiro. Para o Banco Mundial, a agricultura e a autossuficiência alimentar não são prioridades para a linha de desenvolvimento econômico do governo em Moçambique, como defendido em seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, de 1986.

Ao longo das duas últimas décadas, têm surgido algumas iniciativas para o incentivo da produção

agrícola no continente africano. São os casos do New Economic Partnership for Africa's Development (NEPAD), da Revolução Verde Africana (RVA) e, mais recentemente, no âmbito do G-8, da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutrição e o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento Agrícola em África (CAADP). Em 2006, “os Estados membros da União Africana resolveram aumentar o nível do uso dos fertilizantes de uma média de oito quilogramas por hectare para, pelo menos, cinquenta quilogramas por hectare, antes do ano 2015” (Declaração de Abuja, Nigéria, sobre a Revolução Verde Africana). Anteriormente, em 2003, os presidentes africanos assinaram a Declaração de Maputo, que sugere a alocação de 10% do PIB ao orçamento do Estado dedicado à agricultura e ao desenvolvimento rural, em Mosca (2014a). Todas as iniciativas propostas são baseadas nos paradigmas da industrialização e da modernização da agricultura com intensificação em capital, favorecendo as cooperações e os acordos internacionais em diversos níveis, e demonstrando desarmonização com os sistemas de produção e com as lógicas econômicas e sociais dos produtores locais e dos camponeses.

Apesar do fraco desenvolvimento da agricultura em Moçambique, o país tem um grande potencial no médio e longo prazo no desenvolvimento de uma agricultura que assegure um crescimento sustentável. Atualmente, o desenvolvimento das distintas zonas agroecológicas é limitado pela fraqueza das infraestruturas: estradas e pontes, linhas férreas, portos secundários, eletrificação, postos de distribuição de combustível, telecomunicações, facilidades de comercialização, abastecimento e armazenamento de bens, sistemas de regularização dos rios, armazenamento de água e irrigação, centros de pesquisa tecnológica e de formação técnica e profissional, entre outros.

Segundo as informações contidas no CAP (Censo Agro-Pecuário) e do TIA (Trabalho de Inquérito Agrícola), nas zonas rurais de Moçambique, a agricultura familiar é constituída essencialmente

por pequenas explorações (aquelas que cultivam menos de cinco hectares)³; este setor concentra cerca de 99% das unidades agrícolas (3.090.197 unidades familiares) e ocupa mais de 95% da área cultivada do país.

As explorações agropecuárias médias são constituídas por 37.296 unidades; as grandes explorações são 429 e representam apenas 1% do total das explorações agropecuárias no país. A população vive principalmente de atividades agro-silvo-pecuárias de pequena escala, com uma heterogeneidade de atividades econômicas de geração de rendimentos dentro das famílias.

Dentro das diferentes atividades, a produção de alimentos para o consumo constitui a base principal da estrutura produtiva do setor familiar. De acordo com o TIA/2002, existe uma diversidade de produtos alimentares praticados; nesta diversidade, o milho e a mandioca ocupam posição preponderante da área cultivada, sendo o milho cultivado por cerca de 80% das explorações e a mandioca, por 76%. Apenas 3,3% das pequenas explorações têm bovinos e cerca de 11% utilizam tração animal, 71% criam galinhas, 27%, caprinos e 16%, suínos.

Dos produtos florestais e faunísticos, destaca-se o corte de lenha e estacas, que é praticado por cerca de 46% e 30% das pequenas e médias explorações, respectivamente, diretamente ligadas ao setor camponês. Para o setor privado de extração em grande escala, evidenciam-se as políticas de cooperações e os acordos internacionais.

3. Ilegalidades

Entre 2003 e 2013, Moçambique enfrentou a exploração ilegal da madeira, segundo a EIA (Environmental Investigation Agency) em seu relatório “Crise de Primeira Classe: A criminosa e insustentável intervenção chinesa nas florestas de Miombo em Moçambique”. Existe uma significativa discrepância entre as importações chinesas de toras de madeira serrada de Moçambique e os índices de

extração e exportação moçambicanas licenciadas a saírem do país. A análise sugeriu que a extração de madeira em Moçambique foi 48% superior à licenciada, por causa da importação chinesa da madeira de Moçambique. Anualmente o país perde 219 mil hectares de floresta devido à exploração ilegal de madeira e também sofre impactos significativos nas contas públicas segundo o estudo da instituição WWF Moçambique, “Governança Florestal em Moçambique: a urgência de momento”.

A exploração ilegal das florestas é um problema bem documentado e, com base em estimativas de um estudo feito pelo DNFFB e a FAO (2003), a produção clandestina de madeira em Moçambique pode ser responsável por 50 a 70% da produção nacional total. O mecanismo que encaminha 20% dos rendimentos florestais (Decreto N.º 12 de 2002 estipula que 20% do valor das tarifas por acesso, exploração e uso dos produtos florestais devem ser direcionados para as comunidades locais) para as comunidades locais têm sido mal implementados e apenas umas poucas comunidades receberam os valores.

Há várias restrições sentidas ao longo dos anos a respeito desse mecanismo, tanto pelo SPFFB/FAO (Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia) que desenvolve estratégias participativas de fiscalização, como também pelas comunidades locais e camponesas. Dentre as restrições é possível observar os altos custos envolvidos no processo, a fraca divulgação da lei, a burocracia excessiva, a falta de comunicação entre os diferentes grupos envolvidos no processo, os mecanismos bancários inflexíveis para as comunidades locais, a desinformação da sociedade civil, entre outros. As comunidades que eventualmente recebem os 20% também enfrentam problemas relacionados com sua capacidade de lidar com o dinheiro e com os eventuais projetos que pretendiam executar. Há ainda mais problemas que afetam os membros das comunidades camponesas: as condições desumanas em que vivem, o atraso no pagamento de salários, os salários abaixo do mínimo e a falta de contratação no setor florestal, determinando

em grande parte o abandono da atividade no campo e a migração para as cidades.

Em suas declarações públicas, a secretária permanente do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Sheila Santana Afonso, avalia que o Governo está a realizar medidas para tornar mais sustentável a exploração dos recursos florestais, nomeadamente por meio de revisão da legislação e criação de um fórum de florestas. Mas, segundo a Plataforma Nacional para Mudanças Climáticas em Moçambique, em sua avaliação das metas para o desenvolvimento, esta não é a realidade: os esforços são mínimos e concentrados em ações de cooperação e verbas internacionais pontuais, muitas vezes recebidos pelos camponeses como controversos. Não há investimento em mecanismos práticos para a agricultura extensiva, e as políticas e leis para as agroflorestais não são compatíveis entre o camponês e os investimentos privados internacionais.

4. Lei Territorial e Lei das Florestas e a Vida Silvestre

Segundo Mosca (2010, p. 13), duas legislações controlam e protegem as partes envolvidas com os recursos florestais: A Lei Territorial de 1997 e a Lei das Florestas e a Vida Silvestre de 1999, com regulações aprovadas apenas em 2002. A Lei Territorial (1997) reconhece e protege os direitos tradicionais à terra, inclusive às florestas. A Lei das Florestas e a Vida Silvestre (1999) descreve os direitos e benefícios das comunidades locais que dependem das florestas, tais como o uso dos recursos para a subsistência, a participação no co-manejo dos recursos florestais, a consulta à comunidade e a prévia aprovação de concessões de direitos de exploração a terceiros partes, os benefícios do desenvolvimento decorrentes da produção madeireira sob um sistema de concessão.

A Lei Territorial de 1997 reconhece os direitos comunitários à terra e obriga a consulta à comunidade quando ocorrer a alocação de direitos de uso a uma segunda parte. Também faz um reconhecimento

limitado dos direitos consuetudinários de forma a defender os direitos das mulheres (NEGRÃO, 1999). Mesmo que as comunidades possam usar os produtos florestais para seu próprio consumo, não é permitido comercializar esses produtos sem uma licença (NORFOLK et alii, 2004).

A Lei das Florestas e a Vida Silvestre visa ao manejo sustentável dos recursos florestais, e à criação de uma estrutura mais efetiva para a geração e distribuição da arrecadação fiscal correspondente. Para essa lei, é essencial o conceito de Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (CBNRM), que tem sido amplamente adotado no sul da África como um processo de descentralização que visa dar às instituições populares o poder de decidir e o direito de controlar seus recursos (NHANTUMBO et alii, 2003).

Um dos maiores defeitos da Lei Florestal é que não inclui os critérios de ocupação em relação às comunidades que reclamam os direitos aos recursos. A lei só oferece alguma proteção em relação às atividades de subsistência. É preciso concluir então que as duas leis que controlam o uso da floresta se contradizem substancialmente, já que a Lei Territorial possibilita a transferência de direitos autênticos à terra, enquanto a Lei Florestal restringe o uso de recursos à subsistência não comercial (NORFOLK et alii, 2004). Assim, a Lei Florestal coloca no mesmo jogo as comunidades locais e as companhias internacionais e do setor privado, o que significa que elas devem solicitar licença e implementar planos de manejo da mesma forma que o setor privado, mesmo não possuindo os mesmos recursos técnicos e financeiros para realizá-lo.

Analisando com mais detalhe o orçamento do Estado, observa-se o baixo investimento realizado em atividades diretamente e com maiores efeitos sobre a produção agrária (extensão, investigação, infraestruturas etc), o nível de descentralização orçamental é baixo, existem descontinuidades ao longo dos anos e se constata uma baixa execução orçamental ao longo de mais de uma década, de

acordo com Cassamo (2012), portanto, quase não há investimento na área.

5. Agricultura de floresta

Em meados da década do ano 2000 o governo moçambicano começou a promover plantações florestais com espécies exóticas de rápido crescimento, por meio da apresentação do documento denominado Estratégia Nacional do Reflorestamento, o qual começou a catalisar interesse em empresas privadas em investir no setor florestal e, assim sendo, a partir de 2005, a solicitação de terra para fins de silvicultura começou a tomar maior expressão (TAQUIDIR; FALCÃO, 2012).

Poggiani et alii (1998) salientam que as plantações florestais se constituem em uma forma apropriada do uso do solo, são menos impactantes do que qualquer outra cultura intensiva; entretanto, precisam estar em harmonia com as prioridades ecológicas e sociais da região. Do ponto de vista ambiental, as plantações florestais contribuem para a conservação das florestas nativas e promoção da biodiversidade.

Moçambique possui uma área florestal de aproximadamente 40,6 milhões de hectares e 14,7 milhões de hectares de outras áreas arborizadas (DNTE, 2007). A maioria das províncias possuem vastas áreas de florestas prístinas que as comunidades camponesas utilizam para a coleta e plantio de variados produtos, bem como por motivos culturais e espirituais.

A agricultura de subsistência e de florestas é praticada pela maioria da população rural pobre e a comercialização dos produtos só é possível quando há excedentes de produção, esta pode ser realizada nas comunidades e mercados, nas estradas ou nos centros urbanos distribuídos de forma aleatória ao longo das cidades. Cerca de 7% da população têm acesso à eletricidade, esta localizada ao sul do país, nos arredores da capital Maputo, e o restante usa lenha, carvão, gasolina e gás. A coleta de lenha e a produção

de carvão para cozinhar e se aquecer representam 85% do total do consumo energético no país.

As florestas produtivas (áreas florestais demarcadas para a produção e a extração da madeira) cobrem aproximadamente 26,9 milhões de hectares, enquanto 13 milhões de hectares têm sido definidos como áreas não adequadas para a produção de madeira, principalmente onde estão localizados os Parques Nacionais e as Reservas Florestais.

São retirados diferentes tipos de madeiras de áreas florestais incluindo as de alto valor econômico, estas utilizadas pelas comunidades para a construção de moradias e para artesanato, especialmente entalhes e esculturas. Os produtos florestais não madeireiros (NWFPs) incluem plantas medicinais, juncos, bambu, canas e alimentos das estepes, como hortaliças silvestres, frutas e tubérculos, entre outros. A maioria desses NWFOs não é comercializada pelas comunidades locais, devido principalmente à falta de infraestrutura e às dificuldades de acesso às cidades e mercados. O resultado é que esteiras, cestos, cadeiras e camas feitas de gramíneas são vendidos principalmente ao longo das estradas principais e são tidos como complemento econômico para as famílias camponesas.

As florestas que têm algum tipo de proteção legal ou estado de conservação cobrem aproximadamente 22% da cobertura florestal total de Moçambique. A Floresta de Miombo é o tipo mais extenso de floresta que cobre aproximadamente dois terços do país. Esse tipo de floresta ocupa vastas áreas das regiões norte e centro de Moçambique, sendo de essencial importância para a subsistência da população local. É usada principalmente como fonte de lenha, carvão e plantas medicinais, como fonte de nutrientes e fertilizantes do solo por meio de queimadas e reciclagem das folhas e como fonte de alimentos para os animais domésticos. Por terem geralmente solos férteis, as florestas de Miombo são usadas para a agricultura pelas comunidades locais ou famílias residentes nas cidades que se deslocam semanalmente para as áreas de machambas florestais

próximas às cidades (Moçambique, 2003).

6. Os sistemas do agronegócio

Segundo Mosca (2010, p. 16), os sistemas de agronegócios, em fase de reimplementação por meio do conceito de cadeias de valor e da subcontratação, têm tradição em Moçambique desde o período colonial. Os bens, geralmente para exportação, produzidos pelos camponeses “produtores de mercadorias”⁵, são adquiridos pelas empresas nas fases a montante das cadeias de valor. O aumento de rendimentos das famílias produtoras, a possibilidade de imitação tecnológica, a utilização de insumos e outros aspectos são apontados como vantagens desse modelo de produção. Apresenta também riscos, como, por exemplo: efeitos ambientais provocados pela monocultura, devido, por exemplo, à utilização intensiva de químicos, à desflorestação em consequência da ampliação das áreas trabalhadas, ao esgotamento dos solos, entre outros.

A relação assimétrica nos mercados monopsônicos coloca os pequenos produtores em desvantagem cuja tendência, no longo prazo, poderá significar a queda dos preços reais ao produtor. O trabalho de Mosca, Matavel e Dadá (2013) revela, para o caso de província de Manica, que com grande parte dos produtos alimentares produzidos pelos pequenos produtores se obtêm rendimentos médios inferiores comparativamente com a opção do assalariamento atingindo o salário mínimo na agricultura (cerca de 80 dólares americanos). Significa que, caso existam oportunidades de emprego, existirá a preferência pelo assalariamento e abandono da atividade agrícola de, pelo menos, um elemento do agregado familiar e possivelmente a migração do campo para as cidades grandes e de médio porte.

⁵ Conceito utilizado por Marc Wuyts (1980) na análise da política agrária colonial em Moçambique na sua fase final, para designar os produtores que realizavam excedentes de produção, sobretudo de bens exportáveis e cujas lógicas produtivas e integração nos mercados tinham deixado de maximizar a produção alimentar e começavam a assalariar trabalhadores e a utilizar insumos no mercado de fatores.

Em um estudo realizado em 2013, de que resultou o livro “Galinhas e Cerveja: uma receita para o crescimento” de Smart e Hanlon (2014, p. 20), afirma-se que, depois da independência, as grandes empresas agrárias (com exceção recente do açúcar, por razões específicas e não replicáveis para outras culturas) têm sido um insucesso. Os autores referem acerca da agricultura camponesa: “Doadores e governo pensam normalmente em apoiar pequenas machambas e falam de camponeses de “subsistência” que produzem a sua alimentação e são majoritariamente autossuficientes. Isto é um mito”. No capítulo 11, com o título “Menos camponeses pobres, mais agricultores emergentes”, os mesmos autores destacam que, por meio da pequena exploração, não é possível sair da pobreza e apresentam, como solução, a emergência de muitos agricultores comerciais. Nas páginas 197 e 198 referem que “os moçambicanos das zonas rurais provavelmente vão seguir um de quatro caminhos”: (1) ficar, tornando-se pobres; (2) emigrar para as cidades e vilas em busca de emprego ou sobreviver no sector informal; (3) assalariarem-se no meio rural, particularmente na agricultura; (4) expandir a sua área, transformando-se em agricultores comerciais.

7. A organização camponesa

Como mostrado ao longo deste texto, as dinâmicas na agricultura analisadas nos últimos anos são, principalmente, provocadas pela entrada do capital mineiro, pelo investimento no agronegócio e pelas atividades informais.

Porém, existem também dinâmicas dos camponeses que produzem em pequena escala. No trabalho de Feijó e Agy (2014), as comunidades que beneficiam de apoios de organizações não governamentais têm maiores rendimentos na produção agrícola, provavelmente por menos oportunidades de pequenos negócios e assalariamento, contexto de Nacala. No caso de o capital ser proveniente de empréstimos, os rendimentos obtidos na agricultura, em Matola e no Tete, destinam-se principalmente

para o investimento na produção. No caso de Nacala, os donativos coincidem com a utilização dos recursos para consumo. Para os autores, estas constatações estão a criar uma pequena burguesia agrária protegida que desenvolve necessariamente uma consciência capitalista.

A organização dos camponeses para a defesa dos seus interesses económicos (associações, federações etc), sindicais (interesses de classe) ou políticos (partidos políticos) é de extrema importância na transformação e afirmação do grupo em um setor.

A União Nacional de Camponeses (UNAC) e suas federações provinciais e associações pretendem, essencialmente, despertar os centros de decisão para a importância da agricultura familiar na economia, na transformação estrutural e na vida dos camponeses, propõem a maior participação nas decisões tomadas em relação às áreas de agricultura familiar. Quanto aos programas de investimento em grande escala, como o ProSAVANA (Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique), apoiado financeiramente pelas agências de cooperação brasileira (ABC) e japonesa (JICA), deixa os camponeses alertas e conscientes de que as políticas económicas e agrárias em Moçambique têm sido desfavoráveis para os pequenos produtores de alimentos.

Segundo Mosca (2014, p. 21), a dimensão do setor familiar e as ameaças e riscos existentes no contexto da “febre” dos recursos naturais, da penetração do capital agrário e das políticas adversas, levam a estrutura e capacidade da UNAC a ter dificuldades para corresponder à complexidade da realidade. Essas dificuldades são acrescidas por relações pouco efetivas entre os centros de decisão e a UNAC.

Desde o início, os movimentos sociais veem o empreendimento como uma ferramenta de ocupação da terra por multinacionais. O governo moçambicano repudia as críticas, mas, mesmo assim, o programa transformou-se num assunto político no país. “As críticas ao ProSAVANA são falsas”, disse

Daniel Ângelo Clemente, secretário permanente do Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG). Os primeiros, referem-se aos segundos como importadores de ideias externas, em sua opinião, as críticas ao programa são feitas por pessoas que não querem que Moçambique saia da dependência alimentar e continue a importar comida, sejam tomates da África do Sul ou frango do Brasil. Ele afirma que a terra em Moçambique pertence ao Estado. “Mas existem direitos consuetudinários (que surgem dos costumes da sociedade) dados às comunidades que usam a terra há anos.” Ele afirmou que ninguém pode, portanto, tirar a terra das comunidades. Mas, se acaso surgir interesse de investimento em terras “livres”, as comunidades podem ser consultadas e, eventualmente, indenizadas pela terra⁶. Portanto, em sua lógica, os movimentos sociais dificultam o desenvolvimento e querem que o país continue dependente de alimentos e com baixa produtividade.

A UNAC concentra as suas ações e críticas nas questões associadas com a defesa das demandas e dos principais aspectos que dificultam e agridem os camponeses no contexto da introdução do capital no meio rural e das políticas desfavoráveis ao setor, já que se observa uma quase inexistência de políticas que sejam favoráveis aos pequenos agricultores. Situações como ocupação/usurpação de terras, os reassentamentos, as relações de subcontratação, as causas ambientais, os modelos de modernização incluídos na política de emergência dos agricultores em ascensão e a reivindicação de mais recursos à agricultura em particular ao setor familiar. Em pesquisa sobre as associações de camponeses, Mosca, Júnior e Dadá (2014) revelam que as principais razões que motivam os camponeses a se associarem são a defesa do direito ao uso da terra, o aumento da capacidade de resistência face à usurpação e uma eventual maior facilidade de obtenção do documento DUAT.

O surgimento de realidades conflitantes tem provocado um distanciamento entre muitas

organizações da sociedade civil e instituições públicas. Segundo Mosca (2010), nem sempre a UNAC, bem como outras organizações da sociedade civil, é convidada para a discussão de planos de desenvolvimento ou de concepções de desenvolvimento. Tomando, como exemplo, o ProSAVANA, o diálogo e, sobretudo, a sua efetividade e a transparência nas relações e prestação de informações por parte dos governos, são limitados, descontínuos e, por vezes, pouco transparentes refletindo-se em contradições nos discursos dos governos e atores económicos e responsáveis pelo programa.

A evolução das concepções e dos discursos oficiais contraditórios sobre o ProSAVANA, os conflitos de terras, os reassentamentos, o surgimento de grandes investimentos no setor agrário, entre outros, têm motivado discordâncias entre a UNAC e outras organizações da sociedade civil (OSCs) com o Ministério da Agricultura e direcções provinciais e algumas agências de desenvolvimento. Em alguns casos, os discursos são pouco cordiais. Na linha da intervenção do secretário permanente do MINAG, Pedro Dzulula, Director Provincial de Agricultura de Nampula, afirma:

Temos forte convicção de que a propaganda falaciosa que está a ser movida para desacreditar o ProSAVANA vem de fora do país. Os seus mentores usam algumas organizações nacionais que se fazem passar por porta-vozes da sociedade civil para desacreditar a iniciativa triangular, agitando as comunidades para se revoltarem contra o Governo alegando um alto risco de usurpação das suas terras que na realidade não existe (Intervenção no decorrer da apresentação do estágio das actividades que estão sendo implementadas na região do “Corredor de Nacala”, no âmbito do ProSAVANA).

Esse discurso se encaixa no argumento de que ser contrário à política de monocultura do modelo ProSAVANA (e de outros programas) é encorajar o país a continuar a se alimentar de bens de consumo importados e se manter em índices de pobreza e,

6 Artigo na revista *Valor*, texto de Francisco Góes, 10-07-2014.

principalmente, ser contra o desenvolvimento.

O movimento associativista dos pequenos produtores e camponeses encontra um conjunto de desafios que necessitam ser ultrapassados. Já existem processos regressivos frente à crescente penetração do capital e as dificuldades de concorrência entre os pequenos agricultores. Do estudo de Mosca, Júnior e Dadá (2014) podem-se destacar os seguintes aspectos: (1) escala produtiva para assegurar maiores rendimentos e um viável para melhorar significativamente os rendimentos dos associados; (2) aumentar a produção e produtividade para conquistar maiores quotas de mercado, obter maior competitividade pelos preços e assegurar maior regularidade de oferta; (3) alargamento das funções das associações de somente produção primária para, numa primeira fase, chegar a funções de comercialização e aquisição de insumos; (4) melhorar a capacitação técnica e de gestão para suprir o intermitente e débil apoio técnico do Estado, para ganhar credibilidade e melhorar o acesso a fontes de financiamento e para maior capacidade negocial em defesa dos interesses dos associados.

A maioria das associações necessita de melhor organização interna, profissionalização de funções de gestão, maior capacidade de negociação e diálogo e conhecimento dos mercados.

8. O modelo neoliberal de agricultura: O ProSAVANA

O ProSAVANA foi assinado em 2009 e lançado em 2011 para ser implementado em dezenove distritos das províncias de Nampula, do Niassa e da Zambézia, no norte de Moçambique. Apoiado financeiramente pelas agências de cooperação brasileira (ABC) e a japonesa (JICA), o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique, vai ser implementado no corredor de Nacala, numa área de 14,5 milhões de hectares, onde será feita a monocultura de soja. Vivem na região cerca de 4.5 milhões de habitantes, majoritariamente camponeses,

que são cerca de 80% da população.

É fundamental entender que o programa ProSAVANA foi originado como um empreendimento cooperativo entre o Japão e o Brasil. Isto pode ser mais claramente entendido ao se fazer referência ao nome original do projeto, o “Programa de Parceria Brasil-Japão para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique” (JICA, 2009; HOSONO, 2012, p. 32).

Desde o seu início, o programa ProSAVANA não foi concebido em conjunto com as comunidades camponesas da região, nem houve algum interesse sobre necessidades locais ou a promoção de investimentos em sistemas de produção sustentáveis e redução da pobreza; de fato, o programa foi idealizado distante deste objetivo, segundo Classen (2013). O projeto foi concebido como uma forma de o Japão e Brasil trabalharem juntos para alcançar uma reforma da ONU, participarem em novas estruturas políticas e econômicas globais, como BRICS e o G-20, e promoverem conjuntamente a extração e a produção de bens de consumo.

Para Moçambique, o ProSAVANA se enquadra claramente em um novo modelo neoliberal de governo, direcionado aos acordos de cooperação internacionais e infraestruturas para meganegócios, plano de governo voltado ao desenvolvimento focado na industrialização elaborado pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), partido “da situação” ou “no poder” desde a independência, em 1975, que contraria as bases conceituais da revolução, já que em Moçambique sempre se concebeu a transformação do campesinato de cima para baixo, por meio de medidas políticas e administrativas (cooperativização, estatização e aldeias comunais), eixo das propostas pós independência.

Sayaka Funada Classen, em sua Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa ProSAVANA em Moçambique, com enfoque no papel do Japão, categoriza a mudança da natureza do discurso de implementação do programa e três fases distintas, [Primeira fase] podem ser sintetizados da

seguinte forma: (a) “Sucesso do desenvolvimento do Cerrado/cooperação japonesa com o Brasil”; (b) “Cooperação Sul-Sul/Triangular por meio da parceria Japão-Brasil”; (c) “Levar o sucesso do Cerrado para a África (ProSAVANA)”; (d) “Solução para a segurança alimentar global por meio do desenvolvimento da savana tropical na África”; (e) “Estagnação da agricultura em Moçambique”. Todos os discursos mencionados não têm base concreta. Os discursos foram aparecendo com a análise de imagens e dados no nível macro, sem o conhecimento básico sobre a terra e as comunicadas da área de atuação do programa, isto é, o norte de Moçambique.

Para a segunda fase, (f) “O não cultivado norte moçambicano”; (g) “Correcção de meio caminho do discurso original e desenvolvimento baseado em modelo”; (h) “Agricultura como um negócio/coexistência entre pequenos agricultores e agronegócio de larga escala”; (i) “Conformidade com os códigos de conduta internacionais”.

Durante essa segunda fase do processo, é possível concluir a mudança clara do discurso com base em resultados realizados em pesquisa preparatória conduzida no norte de Moçambique, tornando bastante claro que “o desenvolvimento agrícola através do investimento direto e os princípios da economia de mercado” deveriam ser a principal característica do programa. Isto levou a preocupações generalizadas em Moçambique junto aos movimentos populares e as ligas camponesas e ainda no restante do mundo, de que o programa é mais um exemplo do que se tornou popularmente conhecido como “a corrida da terra” ou “apropriação de terras” que está ocorrendo no mundo, em especial na África. Esta é a razão porque o discurso se modificou para incluir preocupações com a (h) “coexistência” e (i) “conformidade com os códigos de conduta internacionais”.

O discurso observado na terceira fase se torna predominantemente orientado a negócios. Isto pode ser facilmente observado nos seguintes discursos desse período: (j) “Parcerias win-win e Investimentos”; (k) “Oportunidades de negócios

para empresas brasileiras e japonesas”; (l) “Corrida de terras/competição com a China”. O discurso foi influenciado pela recente missão conjunta entre os setores privados e públicos do Japão e do Brasil instalada no norte de Moçambique e pelo aumento global dos preços dos alimentos.

Segundo o estudo ProSAVANA’s Communication Strategy and its Impact: An Analysis of JICA’s Disclosed and Leaked Documents, os planejadores e promotores da ProSAVANA foram aqueles que estiveram envolvidos e “inspirados” pela cooperação do Japão no Cerrado Brasileiro (PRODECER). Para eles, o PRODECER foi um programa bem-sucedido que ajudou a transformar o “terreno baldio” na maior área produtora de soja do mundo. No entanto, do ponto de vista das comunidades indígenas e tradicionais locais, o PRODECER resultou em danos fatais ao meio ambiente e ao seu sustento e trouxe conflitos de terra e injustiça social não só para a região, mas para além dela.

Depois de constatar os detalhes do ProSAVANA e PRODECER em 2012, o maior movimento de camponeses em Moçambique iniciou sua resistência contra a ProSAVANA. As vozes dos camponeses moçambicanos movimentaram os cidadãos, os movimentos sociais e as ONGs de Moçambique, Brasil, Japão e do mundo. Pouco tempo depois, foram criadas as primeiras atividades cívicas transfronteiras e transcontinentais, a fim de proteger coletivamente os direitos e a soberania alimentar dos camponeses e das comunidades locais.

A “luta” encorajou e capacitou os povos e organizações dos três países, conseguindo mudanças políticas públicas e privadas, trazendo resultados frutíferos e oferecendo novas experiências de aprendizagem, mas também resultou em sérios problemas, especialmente para os líderes dos camponeses moçambicanos e organizações da sociedade civil. Desde que os camponeses moçambicanos proclamaram o seu protesto, começaram a enfrentar intermináveis e repetidas intimidações, abusos, pressões, opressões,

manipulações e marginalização.

Os camponeses moçambicanos sentiram que uma grande injustiça estava sendo efetuada e perceberam que “a luta” não era mais apenas sobre “usurpação de terras” e “modelos de desenvolvimento”, mas também sobre “a soberania das pessoas (libertação e independência)” e a governança democrática assegurada na duríssima constituição após a sua luta com o colonialismo, as guerras e a ditadura.

9. A soberania camponesa

Diante dessa realidade, não existiram, nem existem, planos de transformação do campesinato considerando melhorias de produção e produtividade, volume de trabalho, possibilidades financeiras de tecnologias demonstradas em produção de pequena escala, adotadas e integradas nos sistemas de produção, com o objetivo de alcançar os objetivos pretendidos pelos produtores. Um plano de desenvolvimento do campesinato, partindo dos sistemas de produção existentes, para a transformação em processos inclusivos e assumidos/soberanos, que correspondam aos desejos, às possibilidades econômicas dos produtores e estimulados por políticas públicas favoráveis e mercados crescentes.

Segundo relatado, a transformação agrária e dos camponeses deveria acontecer, simultaneamente, com processos de industrialização que absorvessem os excedentes produtivos e de mão-de-obra gerada pelo crescimento da produtividade. Consequentemente, cresce a economia informal que cria trabalho precário e gera alguma renda, mas que, a prazo, termina por ser um obstáculo ao desenvolvimento (MOSCA, 2009, 2010c).

O objetivo do governo, ao aumentar a produção e produtividade, pode não estar alinhado com o que os camponeses pretendem, por exemplo, redução de riscos, redução do volume e da penosidade do trabalho, melhoria da dieta alimentar, obtenção de renda monetária e equilíbrio com o objectivo da

autossuficiência e segurança alimentar, estabelecer equilíbrios entre o uso e a conservação dos recursos naturais (terra, água, pastagens naturais, florestas etc), entre outros aspectos (MOSCA, 2009, 2010c).

A opção de planos de desenvolvimento a partir da base e considerando os desejos, possibilidades e recursos locais, exige mudanças significativas nas prioridades e nas formas de atuação da administração pública, isto é, uma administração de prestação de serviços que correspondam às necessidades e desejos dos camponeses através de métodos participativos. Exige que o sistema de ensino forme técnicos habilitados a trabalhar, aprender e formar camponeses e principalmente, que disponham dos instrumentos e metodologias que possibilitem entender a complexidade socioeconômica dos produtores para que baseado nessas realidades, possam desenvolver programas que alcancem os objetivos dos camponeses. Para que essa nova forma se concretize, é necessário avaliar mudanças nos currículos das escolas de agricultura nos diferentes níveis e novos métodos para pesquisa apropriados à realidade moçambicana. Estas considerações revelam as mudanças repentinas de modelos econômicos com suportes políticos e ideológicos muito diferenciados e implementados de forma inflexível e radical, que causam inúmeros constrangimentos ao campesinato.

A solução do problema alimentar nos países periféricos passa, em primeiro lugar, por opções de modelos de desenvolvimento que respeitem as realidades econômicas e sociais das causas econômicas e das sociedades, pela utilização dos rendimentos dos recursos naturais para assegurar níveis adequados de soberania alimentar. O Estado, o capital e os mercados não são suficientes para que esses objectivos sejam alcançados. Fica à sociedade civil de diferentes naturezas, formada e informada, a responsabilidade de lutar pelo futuro das próximas gerações. E, dentro da sociedade civil, devem ser os próprios camponeses sob diversas formas de organização, a conquistar capacidades de negociação, reivindicação e luta em defesa dos seus interesses

profissionais e de classe. Conquistar, igualmente, condições para o desenvolvimento das suas economias de forma inclusiva e soberana na conquista de um desenvolvimento com liberdade (SEN, 2000, p. 210).

Referências bibliográficas

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington: Banco Mundial, 1986.

CASSAMO Américo Izaltino; MOSCA, João; DADÁ, Yasser Arafat. Orçamento do Estado para a Agricultura. In: *Observador Rural*, Maputo, nº 9, Documento de Trabalho do Observatório Rural (OMR), set. de 2013.

CLASSEN, Sayaka. *Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa ProSAVANA em Moçambique: enfoque no papel do Japão*. Tóquio: Tokyo University of Foreign Studies, jan. 2013.

FEIJÓ, João; AGY, Aleia. *Pequenos produtores: integração nos mercados, rendimentos e aplicação em zonas de implementação de grandes projectos (Nacala-Porto, Tete e Matola)*. Comunicação apresentada na IV Conferencia Internacional do IESE, 27 e 28 de Agosto de 2014.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. *2ª Avaliação Nacional da Pobreza. Resultados Principais*. Maputo: Ministério do Plano e Desenvolvimento, 2010. Apresentação em *power point*.

HERMELE, Kenneth. Lutas contemporâneas pela posse de terra no vale do Limpopo. Estudo do caso do Chókwè, Moçambique, 1950-1985. In: *Estudos Moçambicanos*, n. 5/6, p. 53-81, 1986.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Análise do Crescimento do Rendimento dos Agregados Familiares Rurais em Moçambique 1996-2002: Implicações para o Desenvolvimento Agrário no contexto do ProAgri 2 e PARPA II*. Maputo: Preparado por técnicos da Direcção de Economia, MINAG e da Universidade Estadual de Michigan, 2008a.

MINISTÉRIO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *3ª Avaliação Nacional da Pobreza*. MPD. Maputo, 2010.

MOSCA, João. *Agricultura Familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas*. Documento de Trabalho do Centro de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. WP 127 / 2014.

_____. *Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Lisboa: Escolar, 2010.

MOSCA, João; ABBAS, Máriam; BRUNA, Natacha. *Economia de Moçambique: um mix de populismo económico e mercado selvagem*. Maputo: Escolas, 2013.

MOSCA, João; AMREÉN, Kátya; DADÁ, Yasser Arafat. Subsídios à Agricultura. *Observador Rural Nº 13*. Observatório do Meio Rural. Maputo, 2014.

MOSCA, João; JÚNIOR, António; DADÁ, Yasser Arafat. “Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: estrangimentos e desafios”. Observatório Rural, Maputo, nº 21, Observatório do Meio Rural, 2014.

MOSCA, João; MUCAVEL, Victor; DADÁ, Yasser Arafat. Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário. *Observador Rural Nº 4*. Observatório do Meio Rural. Maputo, 2015.

PROSAVANA. *ProSAVANA's Communication Strategy and its Impact: An Analysis of JICA's Disclosed and Leaked Documents*. farmlandgrab.org, ago. 2016. Disponível em: <http://www.farmlandgrab.org/26449>. Acesso em 3 de novembro de 2016.

SITOE, Tomás. *Agricultura familiar em Moçambique: estratégias de desenvolvimento sustentável*. Maputo, Junho 2005.

SMART, Teresa; HANLON, Joseph. *Galinhas e cerveja: uma receita para o crescimento*. Maputo: Kapicua, 2014.

UAIENE, Rafael. Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique. MOSCA, João (Coord.). *Contributos para o Debate da Agricultura e do Meio Rural*. Maputo: Escolar, 2012, p. 49-67.